

# ADAPTAÇÃO

COMO  
PRIORIDADE  
PARA A COP30



Brasília, 10 de março de 2025

## **Assunto: Avançar a agenda de adaptação na COP 30**

A Sua Excelência o Senhor Presidente da COP 30, Embaixador André Corrêa do Lago;

A Sua Excelência a Senhora Diretora Executiva da COP 30 e Secretária Nacional de Mudança do Clima, Ana Toni;

O Brasil tem uma grande oportunidade na COP 30: priorizar a agenda de adaptação climática, impulsionando um **forte pacote ou conjunto de decisões e ações com impacto na vida real das pessoas** - do presente e do futuro.

Nesse contexto, as 28 organizações abaixo listadas propõe os seguintes esforços à presidência da COP 30:

**Objetivo principal: implementar a Meta Global de Adaptação (GGA), incluindo financiamento a sua altura.**

### **1. Financiamento**

- a. O financiamento deve ser baseado nas necessidades e incluído de modo visível e monitorável no **Baku to Belém Roadmap to 1.3T**.
- b. O *Roadmap* deve prover uma nova meta quantitativa de financiamento para a adaptação que substitua o Pacto de Glasgow (que estipulou o compromisso de se duplicar o financiamento existente até 2025) guiando os esforços conforme a lacuna de USD 187 a 359 bilhões por ano (UNEP, 2024).
- c. O foco deve ser no direcionamento dos 300 bilhões de dólares do NCQG, de fontes públicas, para adaptação.
- d. Além disso, dado o despertar e crescente interesse do setor privado em adaptação, especialmente em função do seu dever fiduciário em tratar riscos climáticos, entendemos ser

# ADAPTAÇÃO

## COMO PRIORIDADE PARA A COP30



necessário que o ângulo não-público seja considerado para adaptação no *Roadmap*.

- e. Medidas qualitativas também devem ser consideradas, incluindo soluções implementáveis a curto e longo prazo para melhorar a qualidade e o acesso ao financiamento.
- f. Transparência e inclusão devem ser prioridades, abordando as necessidades de comunidades marginalizadas e vulnerabilizadas, com perspectiva de gênero, pessoas afrodescendentes, povos indígenas, comunidades quilombolas e conhecimentos tradicionais, infância e juventude.
- g. O Brasil deve construir pontes e buscar entendimento entre as Partes. Em particular, promover a coesão entre os países em desenvolvimento, unidos em solidariedade na negociação de financiamento, evitando divisões baseadas na distribuição dos fundos.
- h. Recomendamos que a decisão do GGA e o relatório e a decisão do Roadmap vinculem a relação entre o *quantum* de financiamento para adaptação e o cumprimento dos 11 objetivos do UAE Framework for Global Climate Resilience.
- i. Todos os países em desenvolvimento devem ser contemplados, evitando comparações de vulnerabilidade na adaptação. A diferenciação em termos de vulnerabilidades e capacidades poderá ser feita em perdas e danos, se e quando apropriada.

## 2. Meta Global de Adaptação - GGA

- a. A finalização do programa de trabalho de indicadores da Meta Global de Adaptação é um resultado-chave para a COP 30. Dez anos depois da adoção do Acordo de Paris, uma decisão firme em Belém fará com que o GGA ganhe concretude, visibilidade e gerar impacto, a serem medidos no segundo Balanço Global (GST).
- b. É fundamental que o resultado envolva um número manejável de indicadores aplicáveis, que considerem adequadamente

# ADAPTAÇÃO

## COMO PRIORIDADE PARA A COP30



aspectos transversais, como gênero, perspectiva étnico-racial, pessoas afrodescendentes, pessoas com deficiência, povos indígenas, comunidades tradicionais e locais, direitos humanos, crianças e jovens e migrantes.

- c. Nesse sentido, recomendamos que seja destacado um grupo de indicadores comuns a todas as Partes para facilitar a compreensão global das desigualdades.
- d. É crucial iniciar um diálogo sobre os sistemas e mecanismos de monitoramento, avaliação e aprendizagem (MEL) desses indicadores, garantindo que as Partes disponham dos meios de implementação necessários para acompanhar seu progresso, utilizando critérios consistentes e uma linguagem comum.
- e. O resultado do programa de trabalho deverá incluir indicadores dos meios de implementação que reflitam o progresso e o fluxo de financiamento, a construção de capacidades estatais e a tecnologia dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento, de acordo com as necessidades destes últimos refletidas em suas NDC e em outros documentos, como as Comunicações de Adaptação.
- f. Esses indicadores devem ser vinculados explicitamente com a nova meta de financiamento e com o Roadmap para 1,3T, além de apoiarem o monitoramento contínuo do avanço na Meta Global de Adaptação.
- g. É importante iniciar um diálogo sobre sistemas e mecanismos de monitoramento desses indicadores, de forma que países façam um acompanhamento usando critérios e linguagem comum.

### 3. Fundo de Adaptação

- a. Recomendamos que a Presidência do Brasil mobilize esforços e apoie explicitamente a campanha de *replenishment* (300 milhões de dólares), de modo que o Fundo alcance sua meta de mobilização de recursos na COP 30.

# ADAPTAÇÃO

## COMO PRIORIDADE PARA A COP30



- b. Importante ainda que desdobramentos sobre a contribuição de projetos e transações no contexto do Artigo 6 do Acordo de Paris ao Fundo de Adaptação sejam esclarecidos.
- c. Nestes 17 anos de existência, o Fundo tem sido fundamental para os países em desenvolvimento, demonstrando grande impacto positivo e alta eficiência na provisão de recursos às comunidades mais vulneráveis. Um quarto desses fundos foi destinado à região da América Latina e Caribe. Além disso, trata-se do único Fundo no qual os países em desenvolvimento possuem maior representatividade no Conselho.
- d. Sugerimos que o Fundo de Adaptação leve em consideração o diálogo sobre adaptação transformacional, visando direcionar recursos para ações estruturantes, de acordo com as prioridades de países em desenvolvimento.

#### 4. Relatório de Síntese das NDCs

- a. A Presidência Brasileira pode ter um papel fundamental ao sinalizar à Secretaria da UNFCCC a importância de que o relatório de síntese das NDCs apresente, de forma equilibrada em termos metodológicos e de relevância política, os três pilares da ação climática – mitigação, adaptação e perdas e danos – bem como meios de implementação.

#### 5. Integrar os esforços dos Atores Não-Estatais em uma Agenda de Ação fundamentada em colaboração radical

- a. Encorajamos o lançamento de uma Agenda de Ação inclusiva, que reforce a importância da adaptação liderada a nível local – especialmente por mulheres, povos indígenas, comunidades locais e tradicionais, possuidores de amplos saberes e tecnologias de adaptação climática. Essa iniciativa pode se apoiar em esforços complementares existentes, como o *Food Declaration*, o *Food Call to Action*, a *Sharm el Sheikh Adaptation Agenda*, o *Roadmap to Resilience* e o *Nature Positive for Climate Action - N+4CA*.

# **ADAPTAÇÃO** COMO PRIORIDADE PARA A COP30



Atenciosamente,

## **ORGANIZAÇÕES SIGNATÁRIAS**

1. Argentina 1.5
2. Clima de Política
3. Conectas
4. Fundación Avina
5. Geledés – Instituto da Mulher Negra
6. Greenpeace Brasil
7. INESC
8. Instituto Água e Saneamento
9. Instituto Alana
10. Instituto Decodifica
11. Instituto Perifalab
12. Instituto Talanoa
13. IPÊ
14. Mission 2025
15. Observatório das Baixadas
16. Observatório do Clima
17. PerifaConnection
18. Plataforma Cipó
19. Projeto Saúde e Alegria
20. Red Pazinde
21. Rede por Adaptação Antirracista
22. Rede Sul-americana para Migrações Ambientais – RESAMA
23. Rede Vozes Negras pelo Clima
24. Redes Chaco
25. Sustenta Honduras
26. WRI Brasil
27. WWF Brasil
28. LACLIMA